

**‘Um vasto celeiro’: representações da natureza no processo de  
colonização do oeste catarinense (1916-1950)**  
**‘Like a vast barn’: perceptions of nature during the colonization of  
Western Santa Catarina (1916-1950)**

José Carlos Radin<sup>1</sup>, Claiton Marcio da Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, Santa Catarina, Brasil

**Resumo:** Após o final da Guerra do Contestado (1912-1916), definiram-se os limites territoriais entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. No território que passou a pertencer ao domínio catarinense, empresas colonizadoras começaram a comercializar as terras, em lotes destinados à agricultura de âmbito familiar, em especial a descendentes de europeus que viviam nas colônias sul-rio-grandenses. Com isso, modificou-se radicalmente o ambiente, seja pelo extrativismo da madeira, seja pela expansão da agricultura. Tais práticas eram almejadas e estimuladas pelas autoridades estaduais, que entendiam ser esta a melhor forma para incorporar efetivamente as terras ao estado de Santa Catarina. O artigo evidencia como a natureza e o ambiente foram representados nesse contexto. Resulta de revisão bibliográfica, da análise de documentos produzidos pelo governo catarinense, de matérias de jornais, de propagandas de empresas colonizadoras e, em particular, da obra de Othon D’Eça, intitulada “Aos espanhóis confinantes”.

**Palavras-chave:** Oeste catarinense. Colonização. Ambiente.

**Abstract:** The borders between the Brazilian states of Paraná and Santa Catarina were defined after the end of the War of the Contestado (1912-1916). Colonizing companies began to sell the land that was ceded to Santa Catarina in lots directed toward family agriculture, especially to descendants of European immigrants who lived in colonies in Rio Grande do Sul. This radically altered the environment through logging as well as expansion of farming. These practices were pursued and encouraged by the state authorities, who considered them the best way to effectively incorporate these lands into the state of Santa Catarina. The article shows how nature and the environment were represented in this context; this is the result of a literature review, analysis of documents produced by the government of Santa Catarina, newspaper articles, advertisements by colonizing companies, and especially the work of Othon D’Eça entitled “To the confining Spaniards”.

**Keywords:** Western Santa Catarina. Colonization. Environment.

---

RADIN, José Carlos; SILVA, Claiton Marcio da. ‘Um vasto celeiro’: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 681-697, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300011>.

Autor para correspondência: Claiton Marcio da Silva. Universidade Federal da Fronteira Sul. Rua Fernando Machado. Chapecó, SC, Brasil. CEP 89812-000 (claiton@uffs.edu.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4582-4586>.

Recebido em 09/04/2018

Aprovado em 05/07/2018



## INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo principal compreender as representações que foram produzidas acerca do ambiente no processo de colonização do oeste catarinense, bem como evidenciar que tal processo desencadeou profunda modificação no ambiente, seja provocada por meio da derrubada da floresta pelos agricultores, com o propósito de desenvolver a agricultura, ou pelo extrativismo empresarial da madeira. A abrangência dada ao meio-oeste e ao oeste catarinense, neste artigo, compreende a área do antigo território da região do Contestado, que passou a pertencer à Santa Catarina por força do acordo interestadual de limites, assinado em 1916. Esse território compreende a margem direita do rio do Peixe, grosso modo, também a margem direita da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e vai até o limite com a Argentina. Este trabalho reporta-se mais à região oeste catarinense, na qual, especialmente até meados do século XX, ocorreu intenso processo de colonização, paralelo ao qual se deu profunda modificação no ambiente, provocada seja pelo extrativismo empresarial da madeira, seja pela derrubada da floresta feita pelos agricultores, com vistas à atividade agrícola ou a fim de atender às suas necessidades de obter infraestrutura na propriedade agrícola.

A colonização foi efetivada, em grande parte, pela atuação das companhias colonizadoras, empresas que comercializaram a terra em lotes, destinados à agricultura de âmbito familiar. A maior clientela para aquisição das terras compunha-se de colonos de áreas do Rio Grande do Sul, e alimentou o processo migratório, especialmente no período da definição interestadual dos limites com o Paraná, em 1916, até meados do século. Nesse contexto, autoridades e opinião pública difundiram um conjunto de representações pelas quais salientavam a necessidade e a importância de transformar a região 'em um vasto celeiro'. Para tal, tornava-se imperativo enfrentar a imponente natureza, reduzindo a floresta e aumentando as áreas de cultivo, tarefa que se efetivaria pelo afluxo de migrantes colonos, vistos como impulsionadores de civilização.

Tais representações pressupunham um 'território vazio' ou 'não produtivo', desconsiderando a presença de populações indígenas e caboclas, bem como de seus modos de vida. Quando aqui se fala em representações, é preciso ter em mente que elas são historicamente construídas, e o são, sempre, com o propósito de defender interesses. Isso pode ser observado no processo de conquista do território do oeste catarinense ocorrido em razão da colonização, em particular em relação ao ambiente.

Reportando-se às representações do mundo social, Chartier (1990) salienta que, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, elas são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, há o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas), que tendem a impor uma autoridade às custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1990).

Para evidenciar tais representações, neste trabalho, utilizaram-se matérias de jornais do período em estudo, diversas mensagens do governo catarinense dirigidas ao Congresso Representativo, especialmente da segunda e da terceira décadas do século passado, bem como a obra de Othon D'Eça, intitulada "Aos espanhóis confinantes" (1992), entre outros materiais. Esta obra de D'Eça (1992) figura entre os relatos realizados por componentes da comitiva do governador Konder, em sua viagem ao oeste catarinense, em 1929. Tais relatos também objetivavam produzir memória a partir de representações positivas do próprio governo, caracterizado como 'bandeirante', que estaria atento ao espírito de seu tempo e que se colocava a caminho para efetivar a conquista do território desconhecido. A obra de D'Eça (1992), em particular, é rica de registros acerca do ambiente e da natureza que ele encontrou e atentamente descreveu, sendo tomada como referência para este trabalho.

## **“QUISERA QUE TODAS ESTAS PLANÍCIES, ESTES VALES, ESTES MONTES, FOSSEM COMO QUE UM VASTO CELEIRO”: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

Quem viaja pela Estrada de Ferro que corre na margem esquerda do rio, fica estranhado: encontram-se quilômetros e mais quilômetros de mata virgem beirando a linha férrea. Qualquer estrangeiro que viajar nesta zona tem que pensar: 'Si a margem da via férrea há viveiros para tigres, o que pode-se encontrar à distância de 20 a 30 quilômetros de linha?'. O colono ou deixa no seu lote mata virgem ou permite que cresçam capoeiras. O primeiro modo de proceder é uma vergonha da civilização, porque exhibe-nos como gente sem cultura; o outro é ainda pior; serve de agasalho para plantas nocivas; basta que estas se multipliquem e o Vale do Rio do Peixe nada mais vale. (Cuts, 1934a, p. 5).

Ao se refletir sobre as representações da natureza construídas no processo de colonização do oeste catarinense, parte-se do entendimento de que elas são historicamente construídas, elaboradas e reelaboradas pela sociedade, sendo, em geral, condicionadas pelos problemas de determinado tempo ou pela forma de organização do sistema produtivo. Isso é evidenciado na obra de Williams (1990 apud Chartier, 1990, p. 17), que “[...] supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Também na obra do historiador Schama (1996, p. 70), segundo o qual “[...] paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha”.

Recentemente, as preocupações ambientais vêm ganhando cada vez mais notoriedade e no oeste catarinense não poderia ser diferente, muito em função da forma como tal sistema produtivo passou a se apropriar dos recursos naturais: a ideia de colapso ambiental não é algo distante do imaginário oestino, frente ao avanço agroindustrial e às consequências ambientais por ele geradas ao longo de todo

o século XX e do início do século XXI. Ainda na década de 1920, o governador Hercílio Pedro da Luz, referindo-se às derrubadas sem critério, alertava: “[...] a natureza há de um dia vingar-se sobre a riqueza, a beleza e a salubridade de nossa terra [...]” (Mensagem..., 1923, p. 66).

Considerando os efeitos perniciosos da cada vez mais intensa exploração dos recursos naturais, é imprescindível que a História dê a devida atenção a essa dimensão. Nesse sentido, o referencial construído em torno da denominada História Ambiental vem trazendo contribuições teórico-metodológicas que permitem pensar e repensar não apenas a historiografia regional, como também levantar outras questões para os historiadores. Como lembra a historiadora Nodari (2012a), quando se estuda a história de uma região sem atentar para a natureza, o estudo ficará incompleto. Referindo-se à migração ao oeste catarinense, a historiadora destaca que esse processo provocou mudanças, tanto “[...] nos grupos humanos já estabelecidos, como também acarretou alterações na flora e na fauna da região [...]” (Nodari, 2012a, p. 224).

A epígrafe deste tópico foi extraída de um conjunto de artigos publicados no jornal *Cruzeiro*, na década de 1930, assinados por Valentim P. Cuts, ajudante técnico do Ministério da Agricultura, que atuou na região do vale do rio do Peixe. O trecho revela a percepção das autoridades e ao menos de parte da opinião pública em relação ao território recém-incorporado à Santa Catarina. Cuts (1934b, p. 8) escrevia em suas colunas insistindo fundamentalmente que “[...] o Brasil precisa de braços agrícolas [...]” e, para que a civilização efetivamente chegasse à região, havia a necessidade de substituir a floresta por plantações. “Quisera que todas estas planícies, estes vales, estes montes, fossem como que um vasto celeiro” (Cuts, 1934b, p. 8), insistia o técnico do Ministério da Agricultura, salientando que somente dessa forma seria superada a noção de que “[...] apenas nas cidades se teria mostras de civilização” (Cuts, 1934b, p. 8). Sobre as imensas áreas cobertas com mata e capoeira, dizia: “[...] se tudo isso fosse habitado por raças fortes e laboriosas, que desenvolvimento, que progresso

teria este país. Mas infelizmente nos faltam braços agrícolas” (Cuts, 1934b, p. 8).

Há, na percepção de Valentim Cuts, o entendimento de que os braços agrícolas deveriam ser buscados entre os moradores das primeiras colônias sulinas. Reportando-se aos colonos já instalados na região, ele sugeria que, em caso de não possuir força de trabalho em sua própria família, “[...] aumentem o número de braços que trabalham [...]”, para “[...] em caso algum deixar mata virgem ou capoeira [...]” (Cuts, 1934a, p. 5). Para isso, deveriam “[...] ajustar camaradas [...]” ou confiar os lotes desabitados aos “[...] agregados diligentes [...]” (Cuts, 1934a, p. 5). Tais expressões eram usadas para designar os peões, em geral recrutados entre as populações caboclas ou não proprietárias, as quais também arrendavam terras. Assim, ao mesmo tempo em que se representava o colono como o elemento trabalhador, civilizado, sugeria-se que ele ‘contratasse peões’ entre aquelas populações voltadas para o cultivo da terra. Essa cisão entre o que seria civilizado ou incivilizado foi bastante recorrente no processo de colonização, evidenciando contradições e tensões entre os diferentes grupos. Destaque-se que os colonos não apenas faziam uso do trabalho dos grupos já residentes, como também utilizavam suas técnicas de cultivo.

Tal percepção da natureza, assim como do trabalho e da produção, tornou-se corrente por todo o oeste catarinense com o avanço do processo de colonização. Ela também é verificada nas mensagens do governo de Santa Catarina ao Congresso Representativo/Assembleia, principalmente no período que envolveu a definição interestadual de limites e imediatamente posterior. Isso também fica claro nos relatos decorrentes da viagem do governador Adolfo Konder, em 1929, especialmente no de D’Eça (1992), na obra “Aos espanhóis confinantes”, como será discutido adiante.

Após a independência, especialmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ao longo do século XIX, diversas áreas foram colonizadas por imigrantes da Europa central, seguindo um modelo bastante semelhante de ocupação

agrícola. Por ele, difundiu-se o que se conhece atualmente por agricultura familiar em pequenas propriedades – de aproximadamente 24 hectares –, as chamadas colônias. Esse modelo se consolidou pela atuação de várias companhias colonizadoras, que o replicaram em novas fronteiras agrícolas, como as do norte gaúcho, oeste catarinense e sudoeste paranaense (Werlang, 2006; De Boni; Costa, 2011).

A atuação de companhias particulares de colonização foi bastante intensa entre 1920-1950, sendo favorecida pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande e pela definição de limites entre os estados de Paraná e de Santa Catarina. Interessava ao governo catarinense a rápida colonização dessa região, das margens da ferrovia ao extremo oeste, considerada ‘vazia’ ou um ‘sertão’ a ser conquistado. Nesse contexto, várias colonizadoras negociaram grandes áreas de terra com o estado catarinense, com vantagens significativas, inclusive exigindo pouca imobilização de capital. Essas áreas passaram a ser subdivididas em lotes agrícolas e comercializadas especialmente para os colonos do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes. Tais práticas atrelavam interesses do governo aos privados, expandindo a colonização pelo oeste catarinense, projeto movido pelo propósito da necessidade de potencializar a natureza em riqueza (Radin, 2009).

Em geral, tanto os discursos públicos quanto as representações construídas sobre o ambiente evidenciavam a preocupação com a necessidade de superar a realidade na qual se encontrava a região. Era preciso enfrentar a ‘tragédia da floresta’, o ‘deserto verde’, as ‘matérias vastas e desertas’, a ‘terra semisselvagem’, o ‘sertão inculto’, os ‘vazios demográficos’... Em razão da atração de ‘braços agrícolas’ das antigas colônias sulinas, a colonização dessas terras promoveria a ‘epopeia de trabalho’ e reduziria a floresta ‘às justas proporções’. Tais percepções favoreciam o processo de colonização, fazendo com que um número expressivo de gaúchos, estimado nos estudos de Roche (1969) e SUDESUL (1975) em 250.000, migrasse para Santa Catarina até os anos de 1970.

O ingresso de imigrantes foi especialmente marcante para o Rio Grande do Sul e para o Sul do Brasil na segunda metade do século XIX. O governo federal e os estaduais posteriormente destinaram diversas áreas, geralmente constituídas por vales e matas, para fins de colonização por imigrantes da Europa central. A exuberância de suas florestas poderia provocar o encantamento aos imigrantes por um lado, mas por outro também promoveria o estranhamento, principalmente por não a conhecerem, como se observa em diversos relatos acerca dos primeiros tempos da colonização, ricos em tais descrições, aspectos evidenciados principalmente por Bertaso e Lima (1950), Grosselli (1987), Marzano (1985) e Costa e Battistel (1983).

No século transcorrido desde o início do processo de colonização do oeste catarinense, a floresta também foi vista de diferentes formas. O que é hoje colocado como problema decorrente da intensa devastação desse espaço, não era assim percebido naquela época, quando o problema era exatamente a sua vastidão, percepção bastante semelhante para as demais áreas de colonização do Sul do Brasil.

### **“A TRAGÉDIA DA FLORESTA”: DOMINAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NOS CENÁRIOS DE IMIGRANTES**

Diz-se que, vencidas as dificuldades da travessia oceânica, os portugueses se depararam com igual dificuldade para enfrentar o ambiente encontrado no continente a que chegaram. Nessa perspectiva, foram evidenciadas dificuldades em outros diferentes momentos, em particular pelos imigrantes da Europa central, nas primeiras experiências de imigração ao Sul e ao Sudeste do Brasil, como foi evidenciado por Alvim (1998), bem como no processo migratório para o oeste catarinense. A historiadora Bublitz (2008), ao analisar este processo, introduziu o debate sobre o ‘desmatamento civilizador’, indicando a necessidade de domesticação da natureza para os imigrantes alemães e para os seus descendentes nas colônias do Rio Grande do Sul. Décadas depois,

foram descendentes destes colonos que, somados aos descendentes de italianos e de poloneses, empreenderam a maior parte da colonização do oeste catarinense.

O desafio, no processo de conquista do território, era o de como fazê-lo produzir, uma vez que os conquistadores se apropriavam da terra. Grosso modo, isso vale para os mais diferentes espaços e períodos da conquista. Ao se reportar às práticas agrícolas dos colonizadores, Holanda (1976) destaca que eles adotavam técnicas primitivas. Referindo-se à colonização portuguesa, na qual predominou o trabalho escravo, a monocultura e a grande propriedade, afirma que, com ela, o costume era o de “[...] exigir muito da terra e de dar-lhe pouco em retribuição [...]” (Holanda, 1976, p. 21). Ele salienta, ainda, que, ao longo do processo, “[...] todos queriam extrair do solo excessivos benefícios, sem grandes sacrifícios [...]”, pois “[...] queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída” (Holanda, 1976, p. 21).

Por sua vez, Alvim (1998), ao tratar da imigração do século XIX, evidencia que as ditas ‘práticas arcaicas’ ainda eram correntes. Ao se reportar à difícil convivência dos imigrantes com os negros e os caboclos, este autor destaca que foi com eles que:

[...] os recém-chegados aprenderam a técnica da queimada, cujo efeito, sem dúvida, era por um lado devastador, mas por outro constituía na única forma de preparar rapidamente a terra para o plantio. [...] Não dominar os padrões nativos significava, muitas vezes, quase morrer de fome. (Alvim, 1998, p. 272-273).

A afirmação de Alvim (1998) permite relativizar o que se entendia por técnicas primitivas. Especialmente os imigrantes, nas diversas situações, aproveitaram-se de técnicas para realizar a prática da agricultura que as populações locais utilizavam, como era o caso da coivara. Mesmo em migrações posteriores, como a do oeste catarinense, essa prática foi largamente utilizada e, de um modo geral, persistiu até o final do século.

Nas diversas experiências de colonização do Sul, a promessa de facilidade de acesso a um lote agrícola era bastante atrativa para os imigrantes. No entanto, por se tratarem de áreas cobertas por densas florestas, esses indivíduos eram, em geral, tomados de surpresa, especialmente nos primeiros anos, pela falta de conhecimento em relação a essas áreas e, principalmente, sobre como deveriam domar a natureza e desenvolver a agricultura. Acerca disso, vale destacar o entendimento de Grosselli (1987), quando se reporta às dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no contexto da chegada às áreas coloniais, em particular no momento em que os colonos eram enviados a seus lotes. Salienta o autor que:

Quando a tragédia dos barracões terminava, iniciava a tragédia da floresta. [...] A exemplo de uma criança que dá os primeiros passos de sua vida, o camponês europeu devia reiniciar sua marcha para a submissão da natureza. [...] A floresta era um ambiente físico totalmente novo para os colonos. Vegetação emaranhadíssima e luxuriante, fauna muito diversificada e numerosíssima. [...] Agora, os camponeses trentinos se encontravam sós, sós com seus medos e seu Deus num imenso mar de verde. (Grosselli, 1987, p. 357-358).

Grosselli (1987) continua destacando as características da fauna e do ambiente em si com as quais os imigrantes se depararam. Ele afirma que nessa fauna havia centenas de espécies animais ótimas para a alimentação, como anta, servo, vários tipos de tatu e de javali, paca, entre outros, assim como muitíssimos pássaros de grande porte que são comestíveis. Acrescenta que, mesmo desconhecendo o ambiente ou a própria forma de caça, os camponeses que possuíam espingarda e munições garantiam abundância de carne. Conclui afirmando que “[...] de qualquer modo venceram: domaram a natureza e derrotaram as adversidades, com sua fé e seu trabalho” (Grosselli, 1987, p. 368).

A forma de como os imigrantes ‘venceram’ e dominaram a natureza implicou o uso de várias espécies de animais como componente de alimentação

e, principalmente, na etapa de derrubada da floresta, condição imposta naquela época para a prática da agricultura. Nesse contexto, diversas práticas dos grupos nativos foram incorporadas ao cotidiano dos imigrantes. Por sua vez, nas migrações posteriores, como foi o caso do oeste catarinense, os colonos reproduziam as práticas das primeiras colônias.

Considerando o tipo de atividade econômica que os imigrantes desenvolveram, Grosselli (1987) e Alvim (1998) corroboram o entendimento de que eles necessitavam ‘devastar’/‘domar a natureza’. O sistema produtivo das diferentes áreas coloniais, centrado na pequena propriedade destinada à agricultura em escala familiar, também levou a essa necessidade. Tal entendimento é percebido em diversos relatos que se reportam às áreas de colonização do Sul do país. Mesmo que a floresta seja descrita de diferentes maneiras, em geral ela é representada como algo desafiador.

Entre os relatos está o do padre italiano Luigi Marzano, escrito em 1904, traduzido e publicado no Brasil em 1985, referindo-se à região de colonização italiana no sul de Santa Catarina. Esta é uma obra emblemática em relação aos encantos e às dificuldades provocados pelas florestas. O tradutor da obra afirma no prefácio que o leitor “[...] vai se empolgar com a mata, sua flora e sua fauna, e irá lamentar sua destruição” (Dall’Alba, 1985, p. 13). Marzano (1985) faz detalhadas descrições sobre a exuberância da floresta em Urussanga, Santa Catarina. Supõe-se que o autor narraria de forma semelhante o ambiente se estivesse nas outras áreas de colonização do Sul, bem como nas do oeste catarinense.

Para quem nunca pôs os pés em tais florestas, torna-se impossível fazer-se uma ideia do grandioso conjunto e severo espetáculo que elas oferecem à vista do visitante. [...] A floresta é tão espessa que torna impossível a visão além dos vinte passos. [...] A vegetação parasitária reveste de tal modo as grandes árvores que fazem quase uma coisa só com elas. Oferecem à vista do homem colunas altíssimas de verdura, interceptadas de quando em quando crespas orquídeas, cujas

flores multicoloridas reúnem-se caprichosamente e formam ramalhetes maravilhosos. Quase a cada cem metros encontra-se um regato de águas cristalinas correndo sobre as lajes. A cada passo éramos acariciados por estupendas borboletas de asas coloridas, e alegrados pela visão de magníficos pássaros. (Marzano, 1985, p. 118).

Marzano (1985, p. 118) acrescenta, no entanto, que passados os primeiros anos, os colonos iam criando intimidade com a floresta, entrando e saindo dela com habilidade: “[...] caçam um dia inteiro e saem sem dificuldade [...]”.

O colono, mesmo porque é prático, é o inimigo da floresta, que destrói sem compaixão alguma. Ele abate as árvores, depois lança-lhe fogo, destrói uma quantia imensa de ricos materiais, e em pouco tempo, daquela luxuriante vegetação não resta mais que cinza. Em breve, porém, aquela imensa planura será cultivada com cuidado e dará lucro aos colonos. (Marzano, 1985, p. 119-120).

O lamento de Luigi Marzano – de que a luxuriante vegetação se transformava em cinzas – logo é amenizado com a ideia do lucro que este espaço poderia dar aos colonos. Isso evidencia a incorporação, pelos colonos, da herança da técnica da coivara, prática significativa para as condições agrícolas daquela época. Destaque-se, ainda, que, na relação com a natureza, a importante herança das populações estabelecidas também incluía a adoção de plantas para a alimentação ou para fins medicinais, o que ressignificava os usos da floresta.

Referindo-se aos efeitos do processo de colonização da região, Nodari (2012b) salienta que, gradativamente, a região foi sendo alterada por meio da ação humana, com o uso de diferentes tecnologias, passando pela utilização do machado, do fogo e da motosserra. Nesse sentido, para reforçar que tal prática “[...] reduziu o mundo natural à ‘paisagem’, entornos domésticos, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional [...]”, ela cita Dean (1996 apud Nodari, 2012b, p. 35).

Nas diversas descrições, o ambiente nas regiões de colonização é representado às vezes como imponente e majestoso, em outras é relatado como perigoso e assustador, em razão da imensa quantidade de animais peçonhentos ou ferozes existente nele. A derrubada da floresta e a transformação do espaço em lavoura, como se evidenciou, eram colocadas como necessidades, mas, em geral, também como motivos de orgulho pelos colonos. Ludovico Maestri, que se tornou professor no contexto do surgimento da colônia Conde d’Eu, hoje Garibaldi, Rio Grande do Sul, descreve tal situação, afirmando que, alguns anos após a chegada, “[...] graças a seu forte braço, o colono soube derrubar a mata cerrada e afugentar os animais ferozes. E, não satisfeito com isso, foi com seu trabalho, construindo estradas, levantando casas, abrindo escolas e erguendo igrejas” (Maestri, 1939 apud Costa; Battistel, 1983, p. 17). Por sua vez, Costa e Battistel (1983, p. 18) destacam que as famílias dos primeiros imigrantes fixados nos lotes agrícolas tinham como ideal poder “[...] colocar os filhos [...]”, o que significava dar-lhes terra para trabalhar. Entendiam que o agricultor que tivesse terra e soubesse trabalhá-la seria o “[...] homem mais rico e feliz do mundo” (Costa; Battistel, 1983, p. 48). Isso consolidou uma cultura basicamente agrícola, que contribuiu para acelerar a ocupação de novas áreas coloniais.

A relação dos colonos com a fauna e a flora foi estabelecida no sentido de eles extraírem delas tudo aquilo que lhes pudesse proporcionar algum recurso, sem maiores preocupações com problemas que decorressem do seu eventual esgotamento. Tal perspectiva pode ser observada no relatório produzido pelo cônsul italiano Pascoale Corte, em 1884, após viajar pelas colônias italianas do Rio Grande do Sul. No documento, ele reserva um espaço para descrever a flora e a fauna. Após recolher diversas espécies vegetais, as descreve, indicando seus usos. Foram descritas ao menos 85 espécimes de árvores. Também relata a grande abundância de peixes e de répteis, assim como traz a relação de 65 tipos diferentes de pássaros “[...] caçados pelo cônsul [...]” (Costa; Battistel, 1983, p. 33).

Descreve, ainda, os ambientes onde viviam e as colônias em que eram frequentes. Quanto aos pássaros, também pretendia apresentá-los na Exposição de Turim.

O relato do cônsul evidencia o costume da caça e da pesca entre os imigrantes nas diferentes colônias. Além dessas práticas, outras atividades incorporadas pelos colonos, em especial relacionadas à área agrícola, fizeram com que imensas áreas de floresta passassem a dar lugar à lavoura, aos espaços para a criação de animais e para a infraestrutura das casas dos colonos. Tais ações modificaram rapidamente o ambiente dessas regiões.

Isso, no entanto, não significava dizer que os efeitos danosos da intervenção humana no ambiente não fossem percebidos, de tal forma que não existisse a preocupação em recuperá-lo. Tal situação é observada por Costa e Battistel (1983), quando se reportam ao frei Aleixo Polesso, que atuou em Veranópolis em 1914-1915 e em outros períodos, até 1962, quando morreu. O sacerdote teria sido um dos responsáveis pela introdução de eucaliptos na região e pelo incentivo para que os colonos o cultivassem. Também era conhecido pelos apelidos de 'padre mandioca' e '*il boschitello*', em razão de suas pregações também serem ligadas à conservação do ambiente. Tinha tais apelidos

[...] porque, em suas andanças pela colônia, levava dois "pessuelos" [bruacas], um para as alfaias e vasos sagrados e outro para as mudas de aipim e mandioca para distribuir aos colonos. [...] Dizia: a mandioca é boa e faz bem às pessoas e também engorda os animais. [...] "*Il boschitello*", porque insistia com os colonos para não cortarem todos os matos e guardarem as madeiras de lei, além de mandar plantar árvores, especialmente pinheiros, nos trechos empedrados da colônia e ao redor das cercas. (Costa; Battistel, 1983, p. 95-96).

Como se evidenciou, a perspectiva dos colonos era a de subordinar a natureza e de colocá-la a seu serviço. A percepção que foram construindo acerca dela e do ambiente em que passaram a viver nos primeiros tempos da colonização, assim como a dificuldade em perceber a necessidade de sua preservação dificilmente serão entendidas fora daquele contexto e das representações que se construíram naquele

tempo. Nesse sentido, cabe destacar o entendimento da historiadora Nodari (2012a, p. 229), que afirma:

As alterações feitas na natureza por todos os grupos causaram impactos e devem ser avaliadas no seu contexto. Deve haver a preocupação em discutir as circunstâncias das mudanças sofridas pelas florestas, pela fauna, pelo solo, assim como a introdução de diferentes culturas agrícolas e seus efeitos nas bacias hidrográficas e outros elementos da paisagem.

Em relação ao ambiente, a realidade vivida pelos imigrantes nas antigas colônias sulinas é semelhante não apenas entre as várias colônias de diferentes etnias, mas também nas colônias da nova fronteira agrícola da região do Contestado catarinense, que se abria a partir das primeiras décadas do século XX. Este aspecto será debatido a seguir.

#### **“NOSSO BRAÇO FORTE E DILIGENTE IRÁ REDUZIR AS IMENSAS FLORESTAS DE CAPINZAL ÀS JUSTAS PROPORÇÕES”: OS USOS DO AMBIENTE NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO OESTE**

O entendimento de que a natureza deveria estar a serviço do colonizador era bastante presente no processo de colonização do oeste catarinense. O 'trabalho civilizado' encarregar-se-ia disso, transformando a floresta em espaços de produção. Saliente-se que o período em análise coincidiu também com a expansão das ideias liberais, em especial em relação à propriedade da terra. Os interesses que moveram a Guerra do Contestado (1912-1916) evidenciaram isso. As populações locais não foram contempladas na ocupação legal das terras por serem consideradas incivilizadas e inadequadas para fazer expandir o capitalismo na região, propósito tão almejado pelos governos. Assim, o processo de apropriação privada da terra, especialmente impulsionado a partir desta guerra, está intimamente imbricado à forma como se compreendia o ambiente e, até mesmo, à sua devastação.

A Guerra do Contestado, assim como a região em que ela ocorreu, mereceram inúmeras matérias na imprensa de todo o país, em especial da região Sul. O



jornal Staffetta Riograndense, dirigido às colônias italianas sulinas, em novembro de 1921, reportando-se aos 'fanáticos' de Santa Catarina, afirma que eles não seriam mais do que 'uma memória', declarando que o governo "[...] os varreu como as mulheres costumam varrer o pátio [...]" (Da capinzal..., 1921, p. 2). A afirmação era colocada no sentido de minimizar os efeitos da guerra e de tranquilizar os colonos que pretendiam migrar para a região. A conclusão era de que, com a migração, o "[...] nosso braço forte e diligente irá reduzir as imensas florestas de Capinzal às justas proporções" (Da capinzal..., 1921, p. 2).

A ideia de reduzir as imensas florestas às justas proporções foi expressa de diferentes formas e era frequente entre os migrantes, sendo também facilmente observada pela memória oral. A imponente das florestas era descrita pela imprensa ou em vários documentos públicos.

Valentini (2015) demonstra o avanço da exploração madeireira e da erva-mate no contexto da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, destacando que a partir de então ocorreu grande crescimento da indústria extrativa. Cita que, em 1941, "[...] existiam 1.270 serrarias registradas que beneficiavam pinho em Santa Catarina, e a Lumber era a maior de todas" (Valentini, 2015, p. 59). Esse segmento industrial estava em plena produção, derrubando árvores seculares e transformando-as em madeira para a exportação.

A evolução do processo para a extração comercial da erva-mate e a transformação da atividade em empreendimento industrial de interesse econômico alcançaram o auge econômico no momento que principiou a extração comercial da madeira e a própria indústria madeireira ligada aos empreendimentos do Sindicato Farquhar, que também atuou no processo da retirada da erva-mate das florestas com fins lucrativos. (Valentini, 2015, p. 55).

De parte do governo catarinense, havia interesse na expansão da indústria extrativa (Carvalho, 2010; Valentini, 2015), bem como da colonização, intentando efetivar o domínio do território recém-incorporado ao Estado. Tal entendimento também é facilmente observado nas

mensagens que o governo enviava anualmente ao Congresso Representativo, em especial as do contexto que envolveu a construção da ferrovia, até o final da década de 1920, bem como nos relatos da viagem do governador, em 1929.

Além da exploração pela indústria madeireira, o avanço da colonização também implicava a derrubada da floresta para a prática da agricultura. Na mensagem de 1911, por exemplo, afirmava-se que o estado buscava criar serviços que atendessem os colonos já instalados, entre os quais "[...] a segurança do colono ou trabalhador civilizado, que vai transformando a floresta virgem em centros de produção e de vida" (Mensagem..., 1911, p. 38). O documento salienta que a ação do governo se dava, com o intuito de evitar o retrocesso, pois não se poderia "[...] consentir que o índio, à sombra da proteção que lhe oferecemos, vá fazendo guerra ao trabalhador civilizado, repelindo-o do solo que queremos e devemos povoar para a grandeza do país" (Mensagem..., 1911, p. 38).

Tal entendimento é notado, em geral, nas diferentes mensagens do governo catarinense. Nelas, observa-se a tendência de justificar as concessões de terras às empresas colonizadoras e o estímulo de sua venda aos colonos, pela compreensão de que esse procedimento daria retorno ao Estado, por meio da geração de impostos, bem como no sentido de 'impulsionar o progresso', tão difundido pelas autoridades daquele período. Por progresso também se entendia exercer domínio sobre a natureza, transformando o espaço em uma área produtiva, por meio da expansão agrícola.

Nessa perspectiva, as autoridades procuravam facilitar o processo de colonização da região, situação observada na pouca vigilância ou fiscalização por parte do Estado, especialmente na forma de como a indústria extrativa e os próprios colonos se relacionavam com a floresta. No entanto, havia ciência de que tais práticas poderiam gerar problemas futuros. Reportando-se ao Serviço Florestal, na mensagem de 1918, o governador Hercílio Pedro da Luz apresenta a preocupação quanto ao fato de que, no Brasil, se estaria operando, "[...] com uma criminosa imprevidência, a total devastação das

florestas, já hoje quase destruídas ao longo de todo o litoral" (Mensagem..., 1918, p. 49-50). Situação semelhante estaria acontecendo em Santa Catarina, onde além da indústria madeireira, "[...] os próprios lavradores têm o mesmo procedimento" (Mensagem..., 1918, p. 49-50). O governador propunha que houvesse por parte das indústrias madeireiras o "[...] replantio das florestas [...]", visto que sua prática estaria "[...] empobrecendo a terra e modificando o clima [...]" (Mensagem..., 1918, p. 49-50).

Tal preocupação também foi expressa na mensagem de 1923, quando se reporta à indústria extrativa da madeira, salientando que ela estaria indo "[...] além do que se imaginava [...]" (Mensagem..., 1923, p. 65-66). Acerca disso, alertava o governador Hercílio Pedro da Luz que:

A derrubada de matas, com a preocupação exclusiva de reduzir madeira a dinheiro, deixando atrás de si zonas devastadas e que, por falta de vegetação e de serem trabalhadas para culturas, se mudarão em desertos, e sem mesmo o comezinho cuidado de preservar da destruição árvores que ainda não podem ser aproveitadas industrialmente, há de um dia vingar-se sobre a riqueza, a beleza e a salubridade de nossa terra. Cumpria enfrentar de uma vez esse problema, cuja relevância ninguém contesta, estudando-se os meios de, ao menos, como princípio de uma ação mais vasta, obrigar ao reflorestamento de empresas que praticam em larga escala a indústria extrativa de madeiras, sem terem em vista o aproveitamento posterior do solo. [...] E de defender de uma devastação inútil os cimos das altas montanhas, cujas matas agem beneficentemente sobre a abundância dos mananciais, o regime das chuvas e até sobre o próprio encanto da paisagem. (Mensagem..., 1923, p. 65-66).

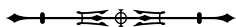
A proposta de reflorestamento também aparece na mensagem de 1924, na qual se afirmava que, diante da desenfreada exploração da madeira, era necessário defender a riqueza florestal, exigindo das empresas providências reparatórias, sugerindo reflorestamento proporcional às derrubadas (Mensagem..., 1924). Para dar efetividade a esse entendimento, o governador Adolpho Konder, em 1927, registrou que:

Na medida de minhas atribuições, já tomei, com o decreto n. 25, de 23 de fevereiro deste ano, providências preliminares de defesa das matas, encarada essa defesa quanto à conservação dos cursos d'água, sobretudo nas nascentes, assim como quanto às concessões de terras feitas pelo Estado e no tocante as terras devolutas ainda existentes nas cabeceiras de rios e ribeirões e nas cristas de serras e morros, que serão consideradas como de utilidade pública e, como tais, inalienáveis. (Mensagem..., 1927, p. 39).

Nos dias atuais, soa de forma profética a denúncia do governador Hercílio Luz, de que a natureza poderia se vingar em face ao comportamento que se adotava em relação a ela. Todavia, tanto essa preocupação quanto a publicação de legislação específica não comoveram a opinião pública ou mesmo foram capazes de fazer com que o governo empreendesse grandes esforços nesse sentido, pois as práticas de exploração predatória dos recursos ambientais foram uma constante naquele contexto e nas décadas seguintes. Seja em relação às florestas ou a outras situações, as mensagens do governo catarinense davam conta de que o poder público não tinha recursos ou capacidade de fiscalização:

Talvez não seja nesse momento oportuno, pela escassez de recursos e por falta de um plano, cuja elaboração exige demorado estudo, fazer a defesa completa de nossa riqueza florestal, por meio de regulamentos, mas não se adie por mais tempo a adaptação de providências preparatórias, como sejam compelir as grandes empresas exploradoras de madeira a realizarem um reflorestamento proporcional às derrubadas, sendo razoável que por elas se comece, por terem os maiores lucros do negócio e possuírem um aparelhamento que lhes torna mais fácil o serviço. (Mensagem..., 1924, p. 42).

A dificuldade das autoridades de se imporem aos interesses privados é ratificada por Radin e Salini (2015), ao analisarem as razões da criação, da reorganização e das ações do Instituto Nacional do Pinho (INP), no oeste catarinense, focando em sua atuação em meados do século passado. Destacam que o extrativismo da madeireira constituiu significativa atividade econômica, em torno da qual parte da sociedade regional se organizou.



Por fim, a imponente floresta da região foi representada de formas diferentes, mas a perspectiva da necessidade de se apropriar dela predominou, com o intuito de promover o crescimento econômico pela prática da agricultura. Mesmo com a denúncia do governador Hercílio Luz sobre os problemas do desmatamento na região, implícita ou explicitamente atribuía-se ao colonizador a tarefa de impor o seu domínio e de 'reduzi-la às justas proporções'.

### **NATUREZA BELA, SERTÃO RUDE E DOMÍNIO DA NATUREZA: OTHON D'EÇA E AS REPRESENTAÇÕES DO AMBIENTE NA COLONIZAÇÃO**

Com a abertura da fronteira agrícola no antigo território da região do Contestado, inúmeras companhias colonizadoras apropriaram-se de terras e passaram a vendê-las aos colonos. Promoveram intensa e persuasiva propaganda, especialmente nos jornais com circulação nas colônias do Rio Grande do Sul. Nelas, usaram muitos superlativos para caracterizar as terras: "[...] comodíssimas [...]"; "[...] fertilíssimos [...]" terrenos; produzem "[...] beníssimo [...]"; água abundante e "[...] boníssima [...]"; erva-mate "[...] abundantíssima [...]"; produto "[...] procuradíssimo [...]"; "[...] belíssimos [...]" campos de pastagens; custando "[...] pouquíssimo [...]" o transporte... Chama a atenção também as colocações de que se tratavam de terras "[...] de puro mato branco [...]"; que as "[...] eminentes e frutíferas terras se adequam especialmente para a viticultura [...]", as quais adequavam-se muito bem ao cultivo de todos os tipos de cereais, como o milho, o trigo, o feijão, o fumo e a alfafa. O clima seria salutar, com água abundante e boa, havendo rios com grandes cascatas, que servem para a implantação de moinhos, serrarias etc. Ainda, "[...] toda a terra é arável, não existem terrenos de encostas e pedregosos [...]". As terras são de mata virgem, com madeira de lei<sup>1</sup>.

No processo de colonização do oeste catarinense, assim como das diversas áreas do Sul do Brasil, as representações da natureza, que se produziram e perpassaram o período, eram condicionadas e próprias da forma de pensar predominante naquele tempo. A natureza imponente assustava, impressionava e precisava ser dominada. No caso da fronteira oeste catarinense, o relato feito por D'Eça (1992), sobre a viagem de 1929, deixa evidente a impressão causada pela paisagem e, principalmente, pela mata virgem. O registro pertinaz, em forma de diário, entre os dias 24 de abril a 16 de maio, é a impressão do autor e, grosso modo, da comitiva, acerca do que foi testemunhado por eles. A comitiva do presidente Adolfo Konder, formada por 30 pessoas, percorreu diversos locais na região que, em 1916, havia sido incorporada à Santa Catarina. Os registros realizados por componentes da comitiva, entre os quais, além do de Othon D'Eça, figuram o de Ferreira da Costa (1929) e o de Boiteux (1931), também objetivavam produzir memória e criar representações positivas do seu próprio governo. Nesse sentido, não se poupam elogios à atitude do governador pela iniciativa da viagem, assim como pelos resultados que ela traria para a região e para o país.

Ao apresentar a obra de D'Eça (1992), "Aos espanhóis confinantes", Athanázio (1992) deixa evidente a percepção de como a região, objeto da viagem, era representada. Afirma que, nela, "[...] vilas brotavam em pleno mato [...]"; que ninguém da comitiva reclamava das dificuldades, pois estariam curiosos para "[...] conhecer uma parte do estado que só existia em mapas [...]"; ou quando se refere a uma fala do desembargador José Arthur Boiteux, dizendo que "[...] se despedia de Mondáí e, por alguns dias, da civilização [...]" (Athanázio, 1992, p. 12). Destaca, ainda, que o presidente promoveu a viagem por estar "[...] preocupado com o abandono daquelas

<sup>1</sup> Os fragmentos do parágrafo foram extraídos de cinco propagandas de companhias colonizadoras, publicadas no jornal Staffetta Riograndense, de Caxias do Sul, entre os anos de 1917 a 1939 (Colônia..., 1917, p. 4; Colônia..., 1923, p. 4; Colônia..., 1927, p. 2; Colonizzazione..., 1923, p. 3; Colônia..., 1939, p. 3).



regiões remotas, e que a rigor nem se integravam com perfeição ao nosso território" (Athanázio, 1992, p. 14). A viagem para a fronteira foi apresentada e caracterizada por seu "[...] sentido aventureiro [...]", como uma espécie de "[...] bandeira [...]" de reconhecimento, que sinalizaria aos estados vizinhos, e mesmo à Argentina, a "[...] intenção de exercer a soberania sobre aquelas terras [...]" (Athanázio, 1992, p. 14). Saliente-se que tal percepção dos membros da comitiva evidenciava o não reconhecimento da existência dos grupos que habitavam a região – "[...] vilas brotavam em pleno mato [...]" –, pressupondo um vazio demográfico (Athanázio, 1992, p. 14).

Em "Aos espanhóis confinantes", D'Eça (1992), entre outros aspectos abordados – como o do avanço e da política de colonização –, enfatizou ao menos três perspectivas relacionadas ao ambiente. Em uma, destacou suas imponência e beleza; em outra, o evidenciou como 'sertão rude', que impõe medo, difícil de dominar ou de nele viver; por fim, elucidou a perspectiva da necessidade de enfrentamento ou de superação dessa condição, o que se daria pelo avanço da colonização regional. Tais perspectivas são caracterizadas a seguir.

Em sua escrita refinada, D'Eça (1992) não escondia o seu encantamento com aquilo que via. Quando a comitiva chegou à ilha Redonda, no rio Uruguai, escreveu que se tratava de um "[...] lugar onde: as tristezas se espalham, adelgaçam-se e desaparecem [...]" ; lugar onde se tinha a "[...] ilusão do paraíso e das delícias [...]" (D'Eça, 1992, p. 37). Sobre o que já havia visto até aquele momento, acrescentou: "[...] verdade das verdades, Cruzeiro [Joaçaba] e Chapecó têm sido um veio rico de surpresas agradáveis" (D'Eça, 1992, p. 37).

Em diversas ocasiões, revelou a beleza do rio, da floresta e a diversidade do ambiente trilhado pela comitiva. Ao chegar à "[...] foz das Águas do Mel [...]", disse que se tratava de "[...] um lugar cheio de árvores e de sombras [...]" e, quando acampavam em uma das noites, em meio à floresta, relatou que, durante o dia, haviam percorrido seis léguas, dizendo: "[...] estamos acampados na floresta,

num lugar cheio de germinações, de ressonâncias e de sombras verdes", destacando o seu encantamento com o que vivenciava (D'Eça, 1992, p. 41 e 63).

O aspecto mais demonstrado por D'Eça (1992), no entanto, foi a ideia do desconhecido, do medo e da estranheza provocados pelo ambiente. Essa perspectiva perpassa grande parte da obra e foi expressa de diferentes formas. No início do relato, ele já afirmava que "[...] a 'bandeira' iniciou a sua 'entrada' no sertão bruto, sob o signo propício. Vamos, é certo, para o desconhecido [...]" (D'Eça, 1992, p. 23). Ao descer o leito do rio e descrever a paisagem de suas margens, ele dizia que, "[...] de longe em longe, surgem telhados escuros, ou algum fio de fumo assinala uma tênue mancha humana naquelas matarias vastas e desertas" (D'Eça, 1992, p. 24).

Othon D'Eça também contrastou o ambiente de onde partiu, registrando que há sete dias não via "[...] um retalho de mar, uma vela boiando junto à sombra azul do Cambirela" (D'Eça, 1992, p. 36). Por outro lado, expressava sua estranheza com a extensão da região pela qual a expedição avançava, dizendo: "[...] como é vasto este mundo, Santo Deus [...]" ; "[...] como é vasto e desconhecido este nosso querido Brasil!" (D'Eça, 1992, p. 37 e 84). O texto contém inúmeras outras expressões que revelam a visão dele sobre a região, representada por expressões como: "[...] serras duras [...]", "[...] túneis escuros [...]", "[...] serranias ásperas [...]", "[...] campos vastos [...]", "[...] lajeados cascalhudos [...]", "[...] pinheirais rumorosos [...]", "[...] internar-se no sertão [...]", ou pelas frases "[...] rumaremos para o sertão, para o desconhecido, a trilhar 29 léguas de picada e floresta bruta [...]" e "[...] montar e mergulhar na barbaria das selvas [...]" (D'Eça, 1992, p. 48 e 60), entre outras.

Reportando-se à estrada pela qual passavam, ele descreveu as dificuldades do terreno em pormenores, destacando os barrancos e os degraus de pedras soltas que nela encontravam. Dizia ser corriqueiro passar em meio a uma folhagem áspera, de "[...] ramagem estrincada e tão densa que impede o sol e espalha em volta uma

sombra úmida e triste [...]” (D’Eça, 1992, p. 65). Essa seria a realidade que acompanhava os membros da comitiva na maior parte do tempo: “De onde em onde [surgia] uma casa de colono, com mangueira e o forno ao lado, o pomar e a lavoura, toda envolta na luminosidade serena do dia” (D’Eça, 1992, p. 65).

O medo do desconhecido é mais bem evidenciado quando descreveu a primeira noite no acampamento, em “[...] plena floresta bravia [...]” (D’Eça, 1992, p. 69):

[...] treva absoluta, misteriosa e imponderável, da qual se espera ver surgir, a todo o momento, formas horrendas e moles, dorsos peludos e recurvados, que trazem a morte nas garras! [...] e por todos os lados, diluídos na escuridão, rumores estranhos, pios sinistros, uivos longos. [...] Como é ela povoada de medos, de vultos tétricos, de ruídos, de palpitações fortes do coração! (D’Eça, 1992, p. 69).

A narrativa contrapõe a cidade, vista como espaço civilizado, com o sertão que os colonos percorriam. Quando se referia aos tropeiros ou ‘práticos’, que acompanhavam a comitiva, dizia que seriam “[...] profundos os limites emocionais que separam ilhéu do serrano [...]” (D’Eça, 1992, p. 79). Estes teriam uma vida “[...] áspera, sem sonhos [...]” (D’Eça, 1992, p. 79), e carregariam nos olhos a desolação da realidade crua em que viviam. Segundo ele, “[...] parecem homens de raças diferentes, de tradições alheias e apenas ligados por esses frágeis liames políticos que qualquer contingência desfia e arrebenta!” (D’Eça, 1992, p. 79-80). Assim, evidenciava mais uma vez a cisão entre o que considerava civilizado (ilhéu/litoral) e o que não o seria (serrano). Essa perspectiva ficava mais manifesta na medida em que a viagem avançava; a narrativa construída reforçava a ideia das diferenças sociais e culturais entre a capital ou o litoral e o sertão, ao afirmar:

Toda a civilização trepidante, viva e poderosa em que nascemos e fomos criados, pouco a pouco se foi desfiando e, por fim, desapareceu na vastidão destas alfombras selvagens. Parece que trilhamos

um mundo já morto há milênios, sem memória dos seus dias; ou percorremos uma terra em formação, ainda na sua gênese, e da qual somos, neste momento, apenas uns escuros pontos minúsculos que se movem lentamente. (D’Eça, 1992, p. 100).

A narrativa do autor não reconhece nem o passado nem o presente vivido pela região como exemplos a serem seguidos, o que fica manifesto quando D’Eça (1992) se reportou aos indígenas coroados que o governador visitara: “[...] duzentos índios morrendo de miséria em mais de cem milhões de metros quadrados de terras opulentas e ferazes” (D’Eça, 1992, p. 144-145). No entanto, entendia que a expedição liderada pelo governador Konder tinha um fim nobre a cumprir, e que estava acontecendo “[...] para vencer [...]”. O que esperar da “[...] densa cortina do futuro [...]”? Ele responde: “[...] o novo no futuro [...]” (D’Eça, 1992, p. 48).

Em que consistia ‘o novo no futuro’? Othon D’Eça deixou claro o seu entendimento em diversas ocasiões no seu relato: “Não sei por que penso nas futuras marchas imigratórias das gentes do Sul – superpovoado – demandando as terras ferazes e desertas do norte” (D’Eça, 1992, p. 102-103). Para ele, seriam justamente essas marchas de imigrantes ou migrantes as desejadas para dar conta da tarefa de:

[...] retomar o ciclo heroico das bandeiras e refluir para as regiões ainda vazias do Brasil, a domar a bruteza das selvas, a semear as cidades pelos chapadões, a levar à gente intrépida, que tem lutado sozinha contra a imensidade da gleba e as deliquescências da sua mestiçagem o concurso fraternal e amoroso dos seus braços e de sangue forte e novo. (D’Eça, 1992, p. 102-103).

Esta percepção do autor, de forma mais explícita ou sutil, perpassa por toda a obra. Em uma ocasião em que a comitiva descia o vale do rio Uruguai, referindo-se aos locais que já iniciaram a colonização, dizia que o rio era “[...] ubérrimo como o Nilo [...]” (D’Eça, 1992, p. 37) e que os espaços que haviam sido colonizados

[...] já eram uma oferenda da terra núbile ao grande sol fecundador e bom, os primeiros frutos sápidos. [...]

Passarinho, como Palmitos, como São Carlos, são colmeias ativas, de uma gente provida e sadia vai construindo o seu favo de ouro. Vale a pena vê-las. Alimentam-nas uma gleba feraz; orientam-nas espíritos de elite, com a consciência lúcida e nítida dos destinos humanos. Bendita sejas tu, terra de Chapecó, que fazes germinar esses belos apiários. (D'Eça, 1992, p. 34 e 37).

Na mesma perspectiva são colocados os registros sobre a cidade de Mondáí. D'Eça (1992, p. 50) registrou que este local já teria “[...] vida latente, prodigiosa [...]”, que seria a “[...] terra da promessa [...]”, tendo as pessoas do local causado boas impressões a ele, tanto que afirmou que “[...] ela [a região] se constituía no núcleo colonial mais poderoso de quantos frutificam neste vale bíblico, que se estende do rio do Peixe ao Peperí-Guaçu”. Ao registrar sua impressão positiva em relação à colonização da região, dizia ser “[...] bem-aventurado o trabalho da charrua que estria a gleba e, como na lenda etrusca, faz surgir os homens fortes e as cidades muradas!” (D'Eça, 1992, p. 56).

Em outras ocasiões, ele também expressava a sua visão, tanto em relação ao sentido da viagem que realizavam quanto no que concerne à colonização.

Entre as suas reflexões, em uma noite no acampamento, registrou: “[...] lá embaixo apenas uma fogueira arde num lume brilhante, como a nuvem milagrosa que deslizava à frente dos hebreus, no caminho da terra da promessa [...]” (D'Eça, 1992, p. 103). Não hesitava em reforçar esse entendimento, em especial quando se referia ao futuro da região: “Dentro de pouco tempo, sob o impulso milagroso do trabalho honesto e ao ritmo isócrono da ordem, toda essa região reverdecerá como os campos depois das lentas queimadas de agosto” (D'Eça, 1992, p. 115).

Nas Figuras 1 e 2, pode-se ter uma noção da situação imaginada ou descrita sobre os colonos que já se encontravam na região, bem como da forma de intervenção deles na natureza. Elas mostram que os colonos migrantes, para poder desenvolver a agricultura, primeiro derrubavam a floresta, aguardavam determinado tempo para que ela secasse e, em seguida, procediam a queimada. Em momento posterior é que a semente era plantada, aproveitando-se da fertilidade do solo e da cinza, resultado da queimada. Nesse sentido, como se evidenciou, os migrantes colonos fizeram uso das técnicas dos grupos já residentes quando da sua chegada.

Por fim, D'Eça (1992, p. 115), referindo-se ao intento da viagem liderada por Konder, ressaltava que este evento



Figura 1. Colono na década de 1930. Seara, Santa Catarina, Brasil. Foto: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), Chapecó, Santa Catarina (1930).



Figura 2. Colono na década de 1940. Vale do rio Uruguai, Santa Catarina, Brasil. Foto: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), Chapecó, Santa Catarina (1940).

seria carregado de patriotismo, caracterizando-a como “[...] a maior obra de brasilidade desses quarenta anos de República [...]”.

Há, Sr. Presidente, no gesto de V. Exa., um pouco de Pedro Eremita e de Fernão Dias Paes Leme. Porque, nesta avançada, através das asperezas da selva inculta, existe um misto de Cruzada e Bandeira! Cruzada, pela fé profunda, pelo religioso civismo que nos aquece e anima; Bandeira, pelo espírito de aventura, pela esplêndida brasilidade que nos atira, sob comando intrépido de V. Exa., através de um tumulto de dificuldades, a tomar posse definitivamente e absolutamente de uma grande porção de Santa Catarina, em nome da Pátria! (D’Eça, 1992, p. 79).

A obra “Aos espanhóis confinantes” evidencia, assim, um conjunto de representações ligadas ao ambiente, próprias do seu tempo. O ‘sertão’ deveria ser conquistado e para ele se deveria direcionar a ‘civilização’, a fim de impulsionar o ‘progresso’, especialmente pela expansão da agricultura. Esse foi o contexto do avanço da colonização e do processo de apropriação privada da terra na região, condições que patrocinaram profunda intervenção no ambiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização do oeste catarinense, em especial entre 1920-1960, provocou uma profunda modificação no ambiente. Aos olhos de quem foi protagonista desse processo, assim como para a maioria dos que, de alguma forma, o promoviam, a vastidão da floresta necessitava da ação do homem, no sentido de dominá-la. Assim, do próprio modelo de colonização decorreu a intervenção e a devastação de grandes áreas da floresta original, que deram espaço à agricultura.

A relação que os colonos estabeleceram com o ambiente, em geral, foi no sentido de se impor a ele, por meio da derrubada da floresta, a fim de, naquele espaço, desenvolver a agricultura de âmbito familiar, com foco principal na subsistência e na produção de pequenos excedentes. Essa prática foi efetivada principalmente em

função do tamanho dos lotes agrícolas e da inviabilidade econômica de dividi-los entre os filhos, assim como por não haver técnicas adequadas de recuperação de solo, entre outras razões. Desse modo, poucas décadas após o início da colonização, em meados do século XX, já se podia observar significativa intervenção na floresta original.

As representações feitas sobre o ambiente no oeste catarinense, ao longo do processo de colonização, seja destacando a imponência da floresta ou a dificuldade que ela impunha ao colono no ‘sertão rude’, como foi evidenciado por Othon D’Eça, também abarcavam o desejo de impor o domínio sobre ele. Aos olhos das autoridades estaduais, esse domínio efetivar-se-ia por meio do avanço da colonização do oeste catarinense, que teria sido ‘incorporado à Santa Catarina, em nome do Brasil’, por intermédio da expedição liderada por Konder. Aos colonizadores, de forma explícita ou velada, atribuía-se a missão de civilizar aquele meio hostil e caótico em que a região se apresentava. Tal percepção, em geral, está presente no processo de colonização do oeste catarinense, bem como das diferentes áreas coloniais do Sul do Brasil.

## REFERÊNCIAS

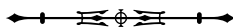
ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Ed.). **História da vida privada no Brasil: república: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 215-287.

ATHANÁZIO, Enéas. Vencer ou voltar. In: D’EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC/Fundação Banco do Brasil/UFSC, 1992. p. 12-14.

BERTASO, H. D’Ávila; LIMA, Mário Almeida. **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo-RS, 1950.

BOITEUX, José Arthur. **Oeste catarinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entreges & Irmão, 1931.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 323-340, jul.-dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200008>.



- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta**: a história da devastação da floresta com a araucária e a *Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. 2010. 313 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COLÔNIA Benito Mussolini de Formigheri & Cia. e José Petry, Perdizes (Videira/SC). **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 19 dez. 1939. Ano 30, p. 3.
- COLÔNIA Bom Retiro, Núcleo Nova Vicenza (Água Doce/SC). **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 31 maio 1917. Ano 9, p. 4.
- COLÔNIA Irany, Município de Cruzeiro, Satato de Santa Catarina. **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 13 abr. 1927. Ano 18, n. 49, p. 2. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=71643&p=0>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- COLÔNIA Petri, Estação Rio Bonito – Estado de S. Catharina. **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 14 fev. 1923. Ano 14, n. 43, p. 4. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=71260&p=0>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- COLONIZZAZIONE Cattolica (non si ricevono protestanti) Chapecó Peperly Limitada. **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 25 dez. 1929. Ano 21, n. 33, p. 3. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=71787&p=0>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo I. **Assim vivem os italianos**: religião, música, trabalho e lazer. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1983. v. 2.
- CUTS, Valentim. Aos lavradores do Vale do Rio do Peixe. **Jornal Cruzeiro**, Joaçaba, 11 mar. 1934a. p. 5.
- CUTS, Valentim. O Brasil precisa de braços agrícolas. **Jornal Cruzeiro**, Joaçaba, 25 mar. 1934b. p. 8.
- DA CAPINZAL a Garibaldi. **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 16 nov. 1921. Ano 13, n. 32, p. 2. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=65657&p=0>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- DALL'ALBA, João Leonir. Prefácio. In: MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil**. Tradução de João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: UFSC, 1985. p. 13-14.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: EST, 2011.
- D'EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC/Fundação Banco do Brasil/UFSC, 1992.
- FERREIRA DA COSTA, Arthur. **O oeste catarinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia, 1929.
- GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Tradução de S. U. Luques e C. Mioranza. Florianópolis: UFSC, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976.
- MAESTRI, Ludovico. **Lealdade**. Curitiba: [s.n.], 1939.
- MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil**. Tradução de João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: UFSC, 1985.
- MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1927, pelo Dr. Adolpho Konder, Governador do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina, 1927. Disponível em: <<https://ia801402.us.archive.org/8/items/rpescatarina1927/rpescatarina1927.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1924, pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catharina. Santa Catarina, 1924. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000517/rpescatarina1924/rpescatarina1924.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1923, pelo Engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, Governador do Estado de Santa Catharina. Santa Catarina, 1923. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/pub/meb000000517/rpescatarina1923/rpescatarina1923.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo, em 8 de setembro de 1918, pelo Sr. General Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina. Santa Catarina, 1918. Disponível em: <[http://www.memoria.nemesis.org.br/ia\\_visualiza\\_bd/ia\\_vdados.php?cd=meb000000517&m=4498&n=rpescatarina1918](http://www.memoria.nemesis.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000517&m=4498&n=rpescatarina1918)>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis: Tipografia d'O Dia, 1911. Disponível em: <<https://ia801401.us.archive.org/32/items/rpescatarina1911/rpescatarina1911.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- NODARI, Eunice Sueli. Fronteiras fluídas: florestas, rio Uruguai e a ocupação da região. In: ZARTH, Paulo A. (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2012a. p. 224-239.



NODARI, Eunice Sueli. "Mata Branca": o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem do estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Org.). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012b. p. 35-53.

RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir. O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no oeste catarinense. **Professare**, Caçador, v. 4, n. 3, p. 21-46, 2 sem. 2015.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL (SUDESUL). **O fenômeno migratório na região Sul**. Porto Alegre: SUDESUL, 1975.

VALENTINI, Delmir J. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015.

WERLANG, Alceu A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história da literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

